



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 68, de 15 de junho de 2018

(com pedido de urgência)

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS VEREADORAS,  
SENHORES VEREADORES:**

Submetemos à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei que **“altera a Legislação que dispõe sobre a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo (EMDUR).”**

O presente Projeto de Lei tem como objeto alterar a Legislação que dispõe sobre a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo (EMDUR), constituída nos termos da Lei Municipal nº 1.199, de 21 de novembro de 1984.

A reestruturação ora proposta faz-se necessária e urgente face a dois pontos: **1)** considerações expendidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no processo de Tomada de Contas nº. 367522/2017; e **2)** a necessidade de adaptação da EMDUR às disposições da Lei Federal 13.303/2016, que *“Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*.

Primeiramente, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no processo de Tomada de Contas nº. 367522/2017, detectou algumas impropriedades em relação à contratação, pelo Município, e execução, pela EMDUR, de obras e serviços, tomando por base o processo de Dispensa de Licitação nº. 02/2017.

Foi constatado que a EMDUR, a teor do disposto nos seus art. 2º, incisos II e V e seu parágrafo único, incisos II e IV; e art. 5º, III, todos da Lei Municipal nº 1.119/84, possui finalidade econômica, na medida em que está autorizada a prestar serviços, realizar obras e comercializar bens e produtos à particulares e não só ao Poder Público. Tal situação desautoriza a contratação da EMDUR, pelo Município, na via da dispensa de licitação (art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/96), gerando possíveis questionamentos até sobre o não recolhimento dos tributos municipais (art. 4º da Lei Municipal nº 1.199/84).

Ademais, a partir desta alteração legislativa haverá um maior controle e fiscalização pelos órgãos internos e externos, bem como propiciará uma maior transparência à sociedade toledana dos valores despendidos nos contratos e funcionamento de Empresa.

*Ce*





## MUNICÍPIO DE TOLEDO

### Estado do Paraná

Por tais razões, para que a relação até hoje existente entre o Município de Toledo e a EMDUR possa continuar subsistindo de maneira legal e eficiente, é necessário proceder-se à adequação da Lei Municipal nº 1.199/84, com o fito de retirar o caráter econômico da EMDUR, ajustando sua finalidade unicamente à prestação de serviços públicos e de suporte à Administração Pública Municipal para o desenvolvimento de atividades de índole pública propriamente.

Para tanto, a EMDUR deixará de ter fins lucrativos, atendendo apenas a Administração Direta e Indireta do Município de Toledo (art. 1º, §1º, inciso I).

É preciso, também, garantir, além da autonomia administrativa e financeira, autonomia orçamentária para que, futuramente, possa a referida Empresa Pública figurar no orçamento do Município de Toledo, conforme já autorizou o art. 10 da Lei Municipal nº 1.199/84.

Considerando as atividades hoje executadas pela EMDUR e as necessidades do Município, os arts. 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.199/84 passa por adequações, a fim de possibilitar a execução de obras e serviços de maneira mais abrangente e preceituar de maneira expressa a sua função social.

Quanto à possibilidade de contratação da EMDUR, pelo Município, por dispensa de licitação (art. 24, VIII), como já autoriza o art. 2-A da Lei Municipal nº 1.199/84, verifica-se, em tese, a possibilidade, uma vez que, a teor do disposto nas alterações ora propostas, a Empresa deixará de ter caráter econômico.

Contudo, para que a contratação seja realizada de modo a atender os princípios legais, impõe-se que, além da observância dos requisitos do art. 24, VIII, cumpra-se, também, o que preceitua o art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/93: fique clara a razão da escolha do fornecedor/contratante e justificativa do preço, a fim de se comprovar a vantajosidade da contratação, nos termos recomendados pelo Tribunal de Contas. Por tal razão, o art. 2-A recebeu nova redação.

Ainda, houve a devida alteração do art. 5º da lei para afastar qualquer tipo de receita proveniente de serviços, fornecimento ou obras para qualquer pessoa estranha à Administração Pública Municipal de Toledo, já que não a EMDUR não mais executará qualquer atividade econômica em sentido estrito, ou seja, à particulares.

No que diz respeito ao Conselho de Administração a Lei Municipal nº 1.199/84 atualmente prevê a remuneração de seus membros através de *jetum*. A contar pelo fato de que esta remuneração na prática não é paga, sendo que os membros do Conselho exercem função não remunerada, porém, de relevante





## MUNICÍPIO DE TOLEDO

### Estado do Paraná

interesse na consecução da finalidade social da empresa, o §3º do Art. 6º foi alterado, deixando clara a inexistência de remuneração.

Por fim, a EMDUR, como empresa pública integrante da Administração Indireta do Município de Toledo, deve adequar-se ao disposto na Lei Federal nº 13.303/16, naquilo que lhe for aplicável. Assim, a redação do art. 8º da Lei nº 1.199/84 está sendo modificada para atender tal objetivo, sendo que posterior a efetivação das alterações legislativas propostas, serão realizadas as alterações necessárias em seu Estatuto para o atendimento à Lei das Estatais.

Assim, visando atender os princípios da Administração Pública, em especial, a legalidade, impessoalidade, economicidade e eficiência, bem como garantir a autonomia e sobrevivência da EMDUR, como empresa pública consolidada no Município de Toledo há mais de 30 anos, que presta relevantes serviços públicos, empregando mais de 230 (duzentos e trinta) funcionários, é urgente e necessária a aprovação do presente Projeto de Lei.

*Solicitamos a Vossas Excelências que a inclusa proposição tramite em regime de urgência, em conformidade com o que dispõe o artigo 32 da Lei Orgânica do Município, em razão da necessidade da readequação da lei de criação da EMDUR e demais alterações estatutárias que se fazem necessárias.*

Respeitosamente,

**LUCIO DE MARCHI**  
Prefeito do Município de Toledo

Excelentíssimo Senhor  
**RENATO ERNESTO REIMANN**  
Presidente da Câmara Municipal de  
Toledo – Paraná



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

### PROJETO DE LEI

Altera a Legislação que dispõe sobre a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo - EMDUR

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei altera a legislação que dispõe sobre a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo (EMDUR).

**Art. 2º** – A Lei nº 1.199, de 21 de novembro de 1984, com as modificações procedidas pelas Leis “R” nº 22, de 9 de abril de 1992; “R” nº 52, de 16 de junho de 2006 e “R” nº 48, de 1º de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – Fica revogado o parágrafo único do art. 1º, sendo acrescentados os §§ 1º, 2º e 3º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º – A EMDUR, com sede e foro na cidade e comarca de Toledo, terá:

I – personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos;

II – patrimônio próprio;

III – autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

§ 2º – Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo (EMDUR) será vinculada às Secretarias de Habitação e Urbanismo e de Infraestrutura Rural, ou, àquelas que vieram a sucedê-las.

§ 3º – A função social da EMDUR é dar o devido suporte à Administração Pública Municipal de Toledo, mais precisamente para executar programas de obras de desenvolvimento das áreas urbanas e rurais do Município, visando à implementação, melhoria e manutenção da infraestrutura de bens públicos municipais com vistas a melhor efetividade de atividades de utilidade pública e serviços públicos ofertados à população e a conseqüente melhoria das condições de vida do povo toledano.

II – O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** – A EMDUR tem como objetivo a execução de programas, obras, projetos, serviços de engenharia e assemelhados, de relevante interesse coletivo e não atribuídos a outros órgãos da Administração Direta ou Indireta,





# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

previamente definidos pela Administração Direta, visando o desenvolvimento das áreas urbanas e rurais do Município, cabendo-lhe:

I – execução de obras, tais como a construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de prédios, espaços e logradouros públicos urbanos e rurais do Município e de seus equipamentos;

II – execução de projetos de engenharia e arquitetura;

III – execução de serviços de engenharia e assemelhados, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, limpeza e manutenção de prédios, espaços e logradouros públicos urbanos e rurais do Município e de seus equipamentos;

IV – supervisão e a fiscalização de obras e serviços, inclusive com recursos oriundos de convênio ou operação de crédito.

V – execução de vistorias, avaliações e perícias em edifícios destinados ao uso da Administração;

VI – comercialização de produtos e materiais extraídos, processados ou produzidos em decorrência de suas atividades à Administração Direta e Indireta do Município;

VII – administração das áreas industriais de Toledo, destinadas à implantação de indústrias poluentes e não poluentes, dentro das diretrizes do governo municipal;

VIII – celebrar convênios para execução de projetos, obras ou serviços que visem à implementação de ações voltadas à defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

IX – exercer outras atribuições que se contenham no âmbito de suas finalidades e estatuto.

Parágrafo único – Para a consecução de seus objetivos, a EMDUR poderá direta ou indiretamente, desenvolver atividades correlatas ao seu objeto social, tais como:

I – adquirir, alienar e promover a desapropriação de imóveis após a competente declaração de utilidade pública pelo Poder Executivo, obedecida a legislação pertinente em função da estrita execução dos planos e programas previamente aprovados pelo Poder Executivo.

II – celebrar convênios, contratos e instrumentos congêneres com entidades públicas da administração direta e indireta;

III – locar maquinário e equipamentos da Prefeitura Municipal de Toledo, mediante remuneração vigente à época da contratação.

III – O art. 2º-A passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2-A** – Fica, também, o Município de Toledo autorizado, nos termos do inciso VIII do artigo 24 c.c. art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93, a contratar obras e serviços executados pela EMDUR e adquirir produtos e materiais por ela extraídos, processados ou produzidos em decorrência das atividades para as quais foi constituída.



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

IV – O art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 5º -** Constitui receita da EMDUR:

I – recursos consignados nos orçamentos do Município, créditos adicionais, transferência e repasses que lhe forem deferidos, na forma da lei;

II – importâncias oriundas da alienação de bens e direitos e da prestação de serviços;

III – recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com órgãos e entidades públicas, no âmbito municipal, estadual ou federal;

IV – produtos de operações de crédito, juros e venda de bens patrimoniais ou de materiais inservíveis;

V – os juros, dividendos e outras rendas resultantes da exploração de seu capital;

VI – empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções;

VII – doações, legados e rendimentos provenientes de outras fontes.”

VI – O § 3º do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º – Os membros do Conselho de Administração exercerão atividade não remunerada e de relevante interesse público na contribuição para consecução do objetivo social da empresa.

VII – O art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 8º –** A EMDUR observará a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e as legislações posteriores, naquilo que lhe for aplicável.  
...”

**Art. 3º –** Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 15 de junho de 2018.

**LUCIO DE MARCHI**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO